

TRAGÉDIA SILENCIOSA

Mapeamento feito por satélite lança **alerta para o fenômeno da desertificação**, que já atinge uma área de 230 mil km² no Nordeste

CLEIDE CARVALHO
cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br

Como se não bastasse a falta de chuvas, o Brasil vê se alastrar no Nordeste um fenômeno ainda mais grave: a desidratação do solo a tal ponto que, em última instância, pode torná-lo imprecipitável. Um novo mapeamento feito por satélite pelo Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites da Universidade Federal de Alagoas (Lapis), que cruzou dados de presença de vegetação com índices de precipitação ao longo dos últimos 25 anos, até abril passado, mostra que a região tem hoje 230 mil km² de terras atingidas de forma grave ou muito grave pelo fenômeno.

A área degradada ou em alto risco de degradação é maior do que o estado do Ceará. Hoje, o Ministério do Meio Ambiente reconhece quatro núcleos de desertificação no semiárido brasileiro. Somados, os núcleos de Irauçuba (CE), Gilbués (PI), Seridó (RN e PB) e Cabrobó (PE) atingem 18.177 km² e afetam 399 mil pessoas.

Num artigo assinado por cinco pesquisadores do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), do Ministério da Ciência e Tecnologia, são listados seis núcleos, o que aumenta a área em estado mais avançado de desertificação para 55.236 km², afetando 750 mil brasileiros.

Os dois núcleos identificados pelos pesquisadores do Insa são o do Sertão do São Francisco, na Bahia, e o do Cariris Velhos, na Paraíba, estado que tem 54,88% de seu território classificado em alto nível de desertificação.

Trata-se de um prolongamento que une o núcleo do Seridó à microrregião de Patos, passando pela dos Cariris Velhos. Apenas na microrregião de Patos, 74,99% das terras estão em alto nível de desertificação, segundo dados do Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca da Paraíba.

— A degradação do solo é um processo silencioso — afirma Humberto Barbosa, professor do Instituto de Ciências Atmosféricas e coordenador do Lapis, responsável pelo estudo. — No monitoramento por satélite fica evidente que as áreas onde o solo e a vegetação não respondem mais às chuvas estão mais extensas. Em condições normais, a vegetação da Caatinga brota entre 11 e 15 dias depois da chuva. Nestas áreas, não importa o quanto chova, a vegetação não responde, não brota mais.

Estão em áreas mapeadas como críticas de desertificação municípios como Petrolina, em Pernambuco, que tem mais de 290 mil habitantes, e Paulo Afonso, na Bahia, com 108 mil moradores. Barbosa explica que a desertificação é um processo longo e a seca agrava a situação. Segundo ele, em alguns casos, a situação é difícil de reverter.

Na Bahia, numa extensão de 300 mil km² no Sertão do São Francisco, os solos já não conseguem reter água. Na região de Rodelas, no Norte do estado, formou-se, a partir dos anos 80, o deserto de Surubabel.

Numa área de 4 km², ergueram-se dunas

de até 5 metros de altura. Segundo pesquisadores, a área foi abandonada depois da criação da barragem da hidrelétrica de Itaparica, usada para o pastoreio indiscriminado de caprinos e, por fim, desmatada. O solo virou areia. O rio, que era estreito, ficou largo, e o grande espelho d'água deixou caminho livre para o vento.

— Não existe dúvida de que o processo de degradação ambiental é grave e continua aumentando — desabafo Aldrin Martin Perez, coordenador de pesquisas do Insa. — A população aumentou, o consumo aumentou. Há consequências políticas, sociais e ambientais. Se falassem do problema de um banco, todos estariam unidos para salvá-lo. Como não é, não estão nem aí.

No Sul do Piauí, onde fica o núcleo de Gilbués, são 15 os municípios atingidos. Nos sete em situação mais grave, segundo dados do governo do estado, a desertificação atinge 45% do território de cada um.

Em Gilbués, uma fazenda modelo implantada pelo governo do estado conseguiu recuperar o solo e fazer florescer milho. Todos os anos se comemora ali a festa do milho, mas a experiência de recuperação é limitada. Hoje, 10,95% das terras do Sul do estado apresentam graus variados de desertificação.

Em Alagoas, estudos apontam que 62% dos municípios apresentam áreas em processo de desertificação, sendo os níveis mais graves registrados nos municípios de Ouro Branco, Maravilha, Inhapi, Senador Rui Pal-

O PROBLEMA NÃO É APENAS A FALTA DE CHUVAS, MAS TAMBÉM A DESIDRATAÇÃO E A DEGENERAÇÃO DO SOLO